


ENADE 2025, IDADISMO E A CONSTRUÇÃO DE UMA EDUCAÇÃO INCLUSIVA E INTERGERACIONAL NO BRASIL**ENADE 2025, AGEISM AND THE CONSTRUCTION OF AN INCLUSIVE AND INTERGENERATIONAL EDUCATION IN BRAZIL****ENADE 2025, EDADISMO Y LA CONSTRUCCIÓN DE UNA EDUCACIÓN INCLUSIVA E INTERGENERACIONAL EN BRASIL** <https://doi.org/10.56238/rcsv15n12-005>

Data de submissão: 16/11/2025

Data de aprovação: 16/12/2025

Renato Rodrigues

Doutor e mestre em Direito

Instituição: Universidade Estadual do Vale do Acaraú (UVA)

E-mail: prpe@unifacvest.edu.brLattes: <http://lattes.cnpq.br/6556757529380415>**Edi da Silva**

Mestre em Saúde Humana

Instituição: Universidade do Contestado (UNC)

E-mail: prof.edi.silva@unifacvest.edu.brLattes: <http://lattes.cnpq.br/6257344241446554>**Artur Rodrigues Neto**

Mestre em Práticas Transculturais

Instituição: Centro Universitário Facvest (UNIFACVEST)

E-mail: prof.artur.rodrigues@unifacvest.edu.brLattes: <http://lattes.cnpq.br/7510604269862143>**RESUMO**

O presente artigo discute o idadismo como problema social e educacional no contexto do ENADE 2025, destacando a necessidade de uma formação docente comprometida com a inclusão intergeracional e a valorização das trajetórias de vida. Com base em autores como Paulo Freire, José Carlos Libâneo, Magda Soares e Jean Piaget, bem como em documentos normativos como a BNCC e a legislação educacional brasileira, analisa-se o papel da escola e do pedagogo na promoção de práticas que combatam estereótipos relacionados à idade. A educação deve ser concebida como processo permanente e emancipador, capaz de integrar sujeitos de todas as idades e construir uma sociedade mais justa, democrática, inclusiva e humanizada.

Palavras-chave: Idadismo. Educação Intergeracional. ENADE 2025. Inclusão. Formação Docente.

ABSTRACT

This article discusses ageism as a social and educational problem within the context of ENADE 2025, emphasizing the need for teacher education committed to intergenerational inclusion and the appreciation of life trajectories. Based on authors such as Paulo Freire, José Carlos Libâneo, Magda Soares and Jean Piaget, as well as normative documents such as the BNCC and Brazilian educational legislation, the paper analyzes the role of schools and educators in promoting practices that challenge stereotypes related to age. The study concludes that education must be understood as a permanent and emancipatory process capable of integrating individuals of all ages and contributing to a more just, democratic, and humanized society.

Keywords: Ageism. Intergenerational Education. ENADE 2025. Inclusion. Teacher Education.

RESUMEN

Este artículo aborda el edadismo como un problema social y educativo en el contexto del ENADE 2025 (Examen Nacional de Rendimiento Estudiantil), destacando la necesidad de una formación docente comprometida con la inclusión intergeneracional y la valoración de las trayectorias de vida. Con base en autores como Paulo Freire, José Carlos Libâneo, Magda Soares y Jean Piaget, así como en documentos normativos como el BNCC (Currículo Básico Común Nacional) y la legislación educativa brasileña, se analiza el papel de la escuela y del educador en la promoción de prácticas que combatan los estereotipos relacionados con la edad. La educación debe concebirse como un proceso permanente y emancipador, capaz de integrar a sujetos de todas las edades y construir una sociedad más justa, democrática, inclusiva y humanizada.

Palabras clave: Edadismo. Educación Intergeneracional. ENADE 2025. Inclusión. Formación Docente.

1 INTRODUÇÃO

O Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE) 2025 insere-se em um cenário de profundas transformações sociais, culturais e demográficas que impactam diretamente o campo educacional brasileiro. A formação do pedagogo, nesse contexto, não pode restringir-se ao domínio de conteúdos ou metodologias tradicionais, exigindo também sensibilidade ética, consciência crítica, compreensão das diversidades humanas e compromisso com a promoção de uma educação verdadeiramente inclusiva. Entre os desafios contemporâneos que interpelam a prática docente, destaca-se o idadismo — forma de preconceito e discriminação baseada na idade, frequentemente naturalizada no tecido social e ainda pouco discutida nos espaços de formação inicial.

A exclusão, em suas múltiplas formas, é produzida e reproduzida pelas práticas sociais que naturalizam desigualdades e invisibilizam sujeitos. Quando a escola ignora as diferenças, reafirma preconceitos historicamente construídos e limita o direito de participação plena na cultura escrita. É fundamental reconhecer que toda discriminação — por origem, condição social, gênero ou idade — compromete a função social da educação, que é garantir a todos o acesso às práticas de leitura e escrita e à vida cultural e cidadã. (Soares, 2004, p. 19–20).

Ao eleger o idadismo como tema gerador da prova discursiva, o ENADE 2025 reconhece a relevância de se debater uma problemática presente em diferentes esferas da vida pública e privada, mas especialmente sensível no âmbito educacional. A escola, enquanto instituição social formadora de sujeitos, tem papel fundamental na reconstrução de valores, na desconstrução de estereótipos e na formação para a cidadania democrática. Entretanto, sua atuação pode, por vezes, reproduzir práticas excludentes quando ignora as necessidades, potencialidades e experiências das pessoas idosas, ou quando se organiza a partir de uma lógica que privilegia apenas crianças e jovens, desconsiderando a educação ao longo da vida.

O envelhecimento da população brasileira, amplamente reconhecido por organismos internacionais como a Organização das Nações Unidas (ONU) e evidenciado por levantamentos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), apresenta-se como fenômeno crescente e irreversível. Com o aumento da expectativa de vida e a redução das taxas de natalidade, o país vivencia uma transição demográfica que traz impactos significativos para as políticas públicas, incluindo as educacionais. Esse cenário exige reformulações profundas no modo como a sociedade compreende o envelhecimento, superando a visão deficitária que associa idade avançada à incapacidade, fragilidade ou obsolescência, e reconhecendo o valor das experiências acumuladas ao longo da vida.

A inteligência é um caso particular da adaptação biológica; ela é, portanto, uma forma de equilíbrio para o qual tendem todas as estruturas cognitivas. Longe de ser um estado acabado, constitui antes um processo em contínua construção, no qual cada nova experiência exige do sujeito uma reorganização das estruturas anteriores. A atividade intelectual não cessa em nenhum estágio da vida, pois o pensamento humano, em sua essência, permanece sempre em transformação, adaptando-se às situações novas e integrando-as nas formas de conhecimento já construídas. (Piaget, 1977, p. 13–14).

O idadismo torna-se uma forma de violência simbólica e institucional que precisa ser identificada, problematizada e combatida. No campo da educação, ele pode manifestar-se pela ausência de políticas voltadas à inclusão de idosos, pela carência de espaços de aprendizagem intergeracional, pela negligência em relação às potencialidades cognitivas e afetivas da pessoa idosa ou pela reprodução de discursos que reforçam estigmas associados à idade. Compreender essas dinâmicas é imprescindível para o pedagogo, que atua na interface entre teoria e prática, mediando processos formativos e contribuindo para a construção de uma sociedade justa, democrática e plural.

Toda opressão é desumanizante e impede que os sujeitos se reconheçam como seres de possibilidade. Por isso, a luta contra qualquer forma de discriminação, preconceito ou exclusão — seja por classe, raça, gênero ou idade — exige uma prática educativa crítica, que revele as contradições do mundo e contribua para superá-las. Não há educação neutra: ou ela se coloca a favor da domesticação, reforçando desigualdades históricas, ou se compromete com a libertação dos sujeitos, reconhecendo a dignidade humana em todas as suas expressões e tempos de vida. (Freire, 1987, p. 32–33).

A reflexão sobre o idadismo à luz do ENADE 2025 significa reafirmar o compromisso da pedagogia com a transformação social e com a defesa dos direitos humanos, especialmente o direito à educação ao longo de toda a vida.

A educação, entendida como direito de todos e dever do Estado, deve orientar-se pelos princípios da igualdade, da participação e da justiça social. Isso significa reconhecer que todo ser humano, independentemente de sua condição social, cultural ou etária, tem o direito de acesso ao conhecimento e às oportunidades educativas. Quando a escola assume esse compromisso, reafirma sua função social de promover a emancipação e a inclusão, contribuindo para a construção de uma sociedade democrática, crítica e solidária. (Libâneo, 2013, p. 45–46).

É importante afirmar que isso implica reconhecer a diversidade etária como valor pedagógico, promover ações de convivência entre gerações, valorizar trajetórias de vida e construir práticas educativas que favoreçam o diálogo, o respeito mútuo e a participação social. Compreender o idadismo e propor estratégias para seu enfrentamento torna-se tarefa essencial ao educador contemporâneo, que deve atuar de forma crítica, ética e humanizadora diante dos desafios do século XXI.

2 EDUCAÇÃO, IDADISMO E INCLUSÃO INTERGERACIONAL

O idadismo manifesta-se pela discriminação contra pessoas idosas e pela desvalorização de suas experiências, afetando seu acesso a direitos sociais fundamentais, como o direito à educação ao longo da vida. A escola, como espaço de convivência e formação humana, é responsável por promover práticas que reconheçam a pluralidade etária.

A LDB nº 9.394/1996, em seu art. 1º, afirma que "a educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, no trabalho, nas instituições de ensino e nas manifestações culturais", reforçando que aprender é um processo permanente, que não se limita à juventude.

A BNCC (2017) também destaca a importância da educação inclusiva e da valorização das experiências de vida, ao afirmar que a escola deve promover a empatia, o respeito às diferenças e a convivência democrática como competências essenciais.

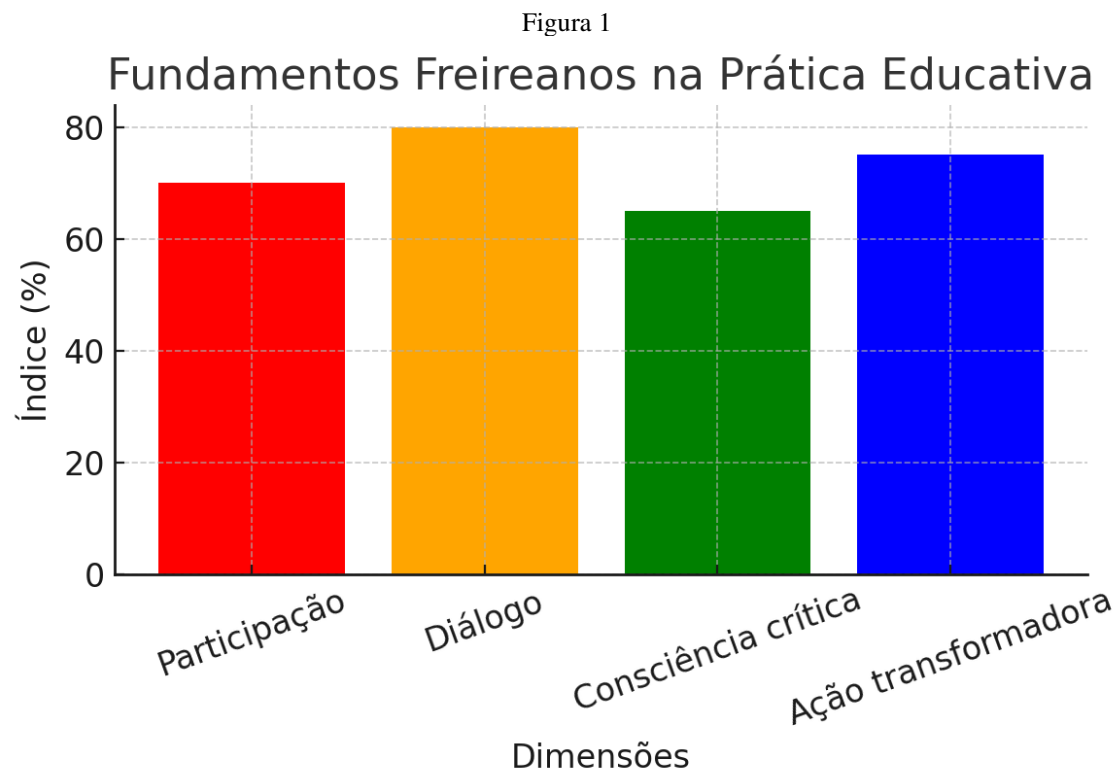
2.1 PAULO FREIRE: EDUCAÇÃO COMO ACOLHIMENTO E HUMANIZAÇÃO

Paulo Freire defende a educação como prática de liberdade e diálogo, na qual todos os sujeitos são reconhecidos em sua dignidade. A valorização da história de vida — central para combater o idadismo — está fortemente presente em suas reflexões: “Ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo” (Freire, 1987, p. 68).

E ainda, em defesa da dignidade humana:

A desumanização, que não é causa, mas consequência de uma ordem injusta, é uma distorção da vocação do ser mais. Afirmar a desumanização como vocação histórica dos homens é aceitar o preconceito como natural. (Freire, 1987, p. 40).

Essas palavras fundamentam a ideia de que toda prática discriminatória — inclusive o idadismo — é incompatível com o projeto emancipador da educação.



Fonte: Autores.

2.2 LIBÂNEO: ESCOLA COMO ESPAÇO DE INCLUSÃO E JUSTIÇA SOCIAL

José Carlos Libâneo enfatiza o papel da escola como instituição democrática e responsável pela formação de sujeitos críticos, permite desenvolver uma reflexão abrangente sobre a função social da escola e os compromissos éticos e políticos que orientam sua atuação na sociedade contemporânea. A escola, ao ser concebida como espaço democrático, transcende a simples transmissão de conteúdos e passa a assumir a missão de garantir o acesso equitativo ao conhecimento, promover a participação ativa dos estudantes e assegurar condições de aprendizagem que respeitem a diversidade, os direitos humanos e a liberdade de expressão.

Enquanto instituição democrática, a escola deve possibilitar que diferentes vozes sejam ouvidas, valorizando o diálogo, a escuta, a cooperação e o pensamento plural. Isso significa reconhecer que o processo educativo não se realiza de forma unilateral, mas sim na interação entre saberes, culturas, experiências de vida e perspectivas distintas. A democracia na escola manifesta-se, portanto, por meio de práticas pedagógicas que incentivam o debate, a reflexão crítica e a tomada de decisões coletivas, permitindo que os estudantes desenvolvam autonomia intelectual e senso de responsabilidade social.

A formação de sujeitos críticos não se limita ao domínio de competências cognitivas, mas implica estimular a capacidade de interpretar a realidade, questionar estruturas de poder, identificar injustiças e agir de maneira ética e transformadora. A escola tem, assim, um papel central no desenvolvimento do pensamento crítico, fornecendo fundamentos teóricos, ferramentas analíticas e

situações pedagógicas que favoreçam a construção de argumentos, a resolução de problemas e a elaboração de novos conhecimentos. Libâneo (2013, p. 32) afirma que:

[...]o papel da escola não é apenas transmitir conteúdos, mas criar condições para que os alunos desenvolvam capacidades de análise, crítica e intervenção na realidade. Isso significa favorecer a compreensão das relações sociais, políticas e econômicas que estruturam a vida em sociedade, estimulando o questionamento e a participação ativa. A educação escolar deve possibilitar que os estudantes se apropriem de instrumentos culturais que lhes permitam pensar por conta própria, argumentar com clareza e atuar conscientemente na transformação social.

Ao assumir a responsabilidade pela formação de sujeitos críticos, a instituição escolar reafirma seu compromisso com a cidadania ativa e com a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Isso inclui promover valores como solidariedade, respeito, empatia, responsabilidade coletiva e consciência dos direitos e deveres, formando estudantes capazes de participar de processos democráticos, de defender princípios republicanos e de contribuir para a transformação social.

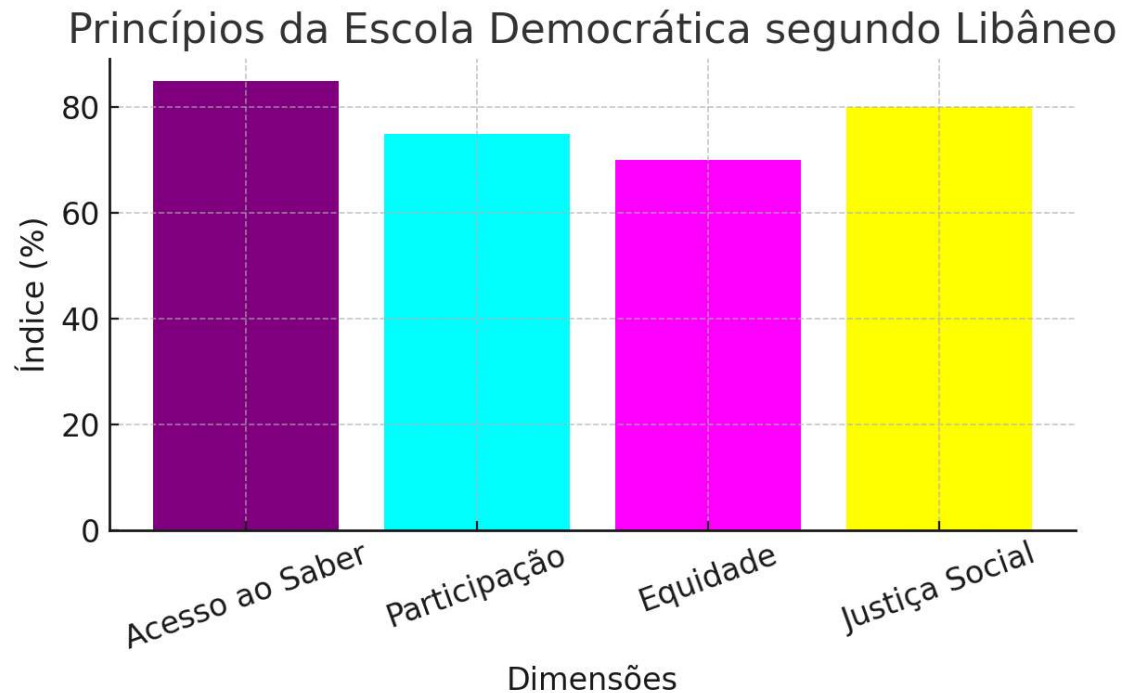
Ao enfatizar o papel da escola como instituição democrática e responsável pela formação de sujeitos críticos, reforça-se a ideia de que a educação é um processo emancipador, que vai muito além da preparação técnica para o mundo do trabalho. A escola torna-se, então, espaço de vida, convivência, construção de identidades e exercício pleno da cidadania, indispensável para o fortalecimento da democracia e para o desenvolvimento de uma sociedade mais humana, participativa e consciente de seus desafios e potencialidades.

Em citação Libâneo demonstra:

A escola tem a função social de assegurar a todos o acesso ao saber, às capacidades cognitivas e aos valores éticos que lhes permitam situar-se criticamente na sociedade. Negar esse direito, explícita ou veladamente, significa reforçar desigualdades historicamente construídas” (Libâneo, 2013, p. 92).

As práticas idadistas contradizem a função social da escola e limitam o direito ao conhecimento.

Figura 2



Fonte: Autores.

2.3 MAGDA SOARES: ALFABETIZAÇÃO, LETRAMENTO E EDUCAÇÃO AO LONGO DA VIDA

Magda Soares, ao discutir alfabetização e letramento, lembra que a aprendizagem ocorre de modo contínuo, envolvendo sujeitos de diferentes origens e idades: “Letrar é introduzir o indivíduo nas práticas sociais de leitura e escrita, possibilitando-lhe participar de uma sociedade grafocêntrica, independentemente de sua idade ou trajetória escolar” (Soares, 2004, p. 39).

Seu entendimento reforça que a idade não pode ser barreira para a aprendizagem, pois o letramento é prática social permanente.

O entendimento de Magda Soares reforça que a idade jamais deve ser considerada um impedimento para a aprendizagem, pois o processo de letramento ultrapassa a dimensão estritamente escolar e se inscreve na vida cotidiana como prática social contínua. Aprender a ler e escrever — e, sobretudo, participar das práticas sociais mediadas pela linguagem — não é algo que se conclui em um determinado momento da vida. Ao contrário, trata-se de um percurso que se estende ao longo dos anos, acompanhando as transformações culturais, tecnológicas e sociais que exigem novas habilidades dos sujeitos.

A perspectiva amplia a compreensão sobre quem pode e deve ser letrado, desconstruindo visões reducionistas que limitam a aprendizagem às fases iniciais da escolarização ou apenas aos mais jovens. Para Soares, todos os sujeitos, independentemente da idade, têm o direito de acessar e produzir cultura escrita, pois a participação em práticas de leitura e escrita é condição para o exercício da cidadania, da

autonomia e da inclusão social. O letramento assume papel fundamental na vida adulta e na velhice, reforçando que o envelhecimento não diminui a capacidade de aprender, mas amplia o repertório de experiências que enriquecem o processo educativo.

Ao reconhecer o letramento como prática social permanente, a autora contribui para o enfrentamento de preconceitos, como o idadismo, que ainda persiste ao supor que pessoas idosas não possuem competências para integrar-se às práticas contemporâneas de leitura e escrita, especialmente no mundo digital. Essa visão equivocada acaba por afastar idosos de espaços formativos e por reproduzir estereótipos que fragilizam sua participação social. Magda Soares, ao contrário, evidencia que aprender ao longo da vida é direito, necessidade e possibilidade concreta, desde que garantidas condições pedagógicas adequadas.

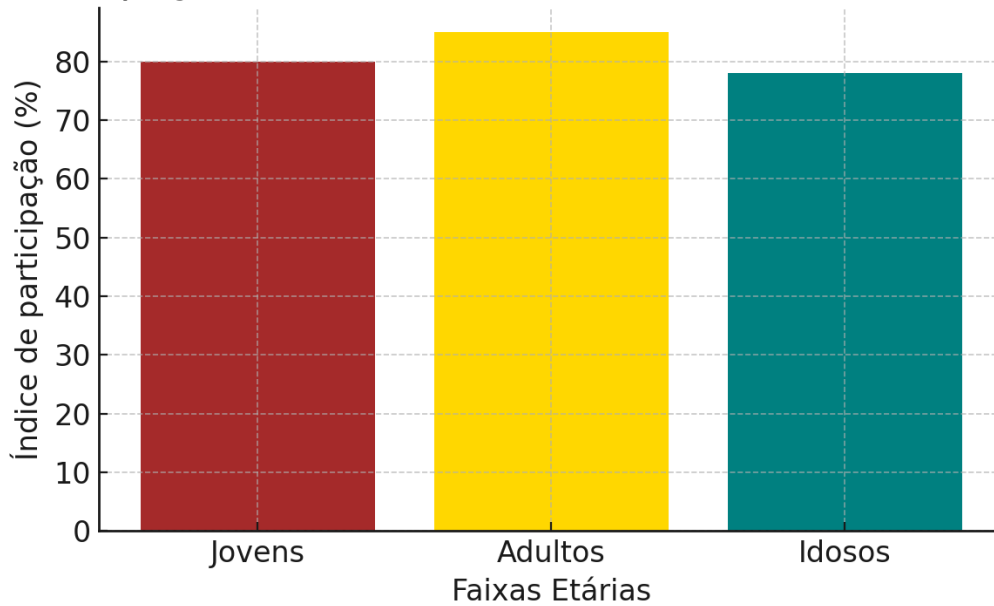
Letramento é o estado ou a condição que adquire um grupo social ou um indivíduo como consequência de ter-se apropriado da escrita. Não se trata apenas de aprender a ler e escrever, mas de inserir-se nas práticas sociais de leitura e escrita, participando das atividades que as exigem e construindo sentidos nesse contexto. Por isso, o letramento ultrapassa a alfabetização inicial: envolve a participação contínua em práticas sociais letradas, em qualquer momento da vida, implicando usos, funções e valores da escrita nas mais diversas situações. Assim, todos os sujeitos — crianças, jovens, adultos e idosos — podem ampliar suas formas de participação na cultura escrita, uma vez que a idade não define, nem limita, a capacidade de integrar-se às múltiplas demandas do mundo letrado.

(Soares, 2004, p. 23–24).

A concepção de letramento defendida por Soares implica uma profunda revisão das práticas educativas, incentivando políticas, projetos e métodos que promovam a aprendizagem intergeracional e valorizem a diversidade etária. Ao reforçar que o letramento é contínuo, dinâmico e indissociável da vida social, a autora convida educadores e instituições a reconhecerem a potência formativa das pessoas em todas as idades, fortalecendo uma educação verdadeiramente inclusiva, democrática e orientada pelo respeito à dignidade humana.

Figura 3

Participação nas Práticas Sociais de Letramento (Soares)



Fonte: Autores.

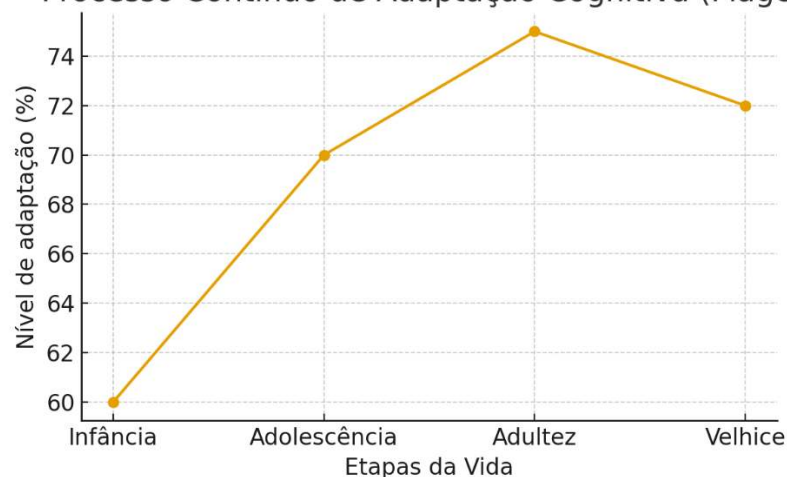
2.4 E O POTENCIAL DE APRENDIZAGEM EM TODAS AS FASES DA VIDA

Jean Piaget, ao estudar o desenvolvimento cognitivo, destaca que a construção do conhecimento é processo contínuo e ativo. Embora seus estágios se concentrem na infância, Piaget afirma: “A inteligência não é uma função acabada, mas um processo contínuo de adaptação. A cada nova experiência, reorganizam-se estruturas, qualquer que seja a idade do sujeito” (Piaget, 1976, p. 14).

A perspectiva questiona a ideia de que adultos e idosos não aprendem ou possuem menor potencial cognitivo.

Figura 4

Processo Contínuo de Adaptação Cognitiva (Piaget)



Fonte: Autores.

2.5 A BNCC E A LEGISLAÇÃO BRASILEIRA COMO BASES PARA UMA EDUCAÇÃO INTERGERACIONAL

A BNCC (2017) promove competências gerais como empatia, responsabilidade e participação cidadã — fundamentais para combater discriminações. Já o Estatuto do Idoso (Lei 10.741/2003) assegura, em seu ‘[...]art. 22, o direito da pessoa idosa à educação, ao afirmar que o acesso deve ocorrer “mediante adequação de currículos, metodologias e material didático”.

O enfrentamento do idadismo é exigência ética, legal e pedagógica.

A ética de que falo é a que se funda no respeito à dignidade dos sujeitos, na superação de qualquer prática discriminatória e na recusa de todas as formas de opressão. Não posso, como educador, cruzar os braços diante das injustiças que ferem a humanidade das pessoas. A prática educativa que se pretende democrática exige coragem para denunciar a violência que desumaniza e anunciar a possibilidade de um mundo mais justo. É uma exigência ética lutar contra tudo aquilo que nega a existência plena dos indivíduos, seja qual for o motivo da negação. (Freire, 1996, p. 34–35).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ENADE 2025, ao escolher o idadismo como eixo temático, convida o futuro pedagogo a refletir criticamente sobre a necessidade de construir uma educação inclusiva e intergeracional. A partir das contribuições de Freire, Libâneo, Soares e Piaget, bem como dos fundamentos da BNCC e da legislação brasileira, evidencia-se que a escola deve ser espaço de convivência, respeito e reconhecimento do potencial humano em todas as idades.

A superação do idadismo significa compreender a educação como um processo permanente, emancipador e profundamente humanizador, capaz de reconhecer que o desenvolvimento humano não se esgota em uma fase específica da vida. Valorizar experiências, saberes e trajetórias é afirmar que cada sujeito, independentemente da idade, carrega consigo uma história singular que pode e deve contribuir para a construção coletiva do conhecimento. Combater o idadismo é também ampliar a concepção de escola como espaço de convivência intergeracional, de diálogo, de respeito mútuo e de reconhecimento da dignidade humana em todas as suas expressões.

O viés apresentado fundamenta-se em reafirma-se que a pedagogia ocupa lugar central na luta pela construção de uma sociedade mais justa, democrática, inclusiva e livre de preconceitos. O pedagogo — enquanto profissional ético, crítico e comprometido com a transformação social — precisa estar preparado para identificar práticas discriminatórias, questionar concepções reducionistas sobre envelhecimento e promover ações que valorizem a diversidade etária como riqueza pedagógica. A escola, ao adotar currículos e metodologias abertas ao encontro entre gerações, contribui não apenas para o desenvolvimento cognitivo e afetivo dos sujeitos, mas também para a formação de uma cultura de respeito e reconhecimento da alteridade.

A construção de uma educação que enfrente o idadismo exige políticas públicas consistentes, formação docente contínua e engajamento coletivo. É necessário que as instituições educacionais assumam a responsabilidade de garantir o direito de aprender em todas as etapas da vida, conforme preconizado pela legislação brasileira e pelos organismos internacionais. Trata-se de reafirmar que o envelhecimento não é sinônimo de limitação, mas de acumulação de saberes, experiências e possibilidades.

O ENADE 2025, ao trazer o idadismo como eixo temático, cumpre papel fundamental ao provocar futuros profissionais da educação a refletir sobre suas práticas, suas concepções e seu compromisso com a inclusão. A partir dessa reflexão crítica, a pedagogia se fortalece como campo que não apenas interpreta a realidade, mas intervém nela, buscando superar desigualdades, romper estigmas e construir uma sociedade que respeite, acolha e valorize todos os seus sujeitos, em todas as idades.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

BRASIL. **Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003.** Dispõe sobre o Estatuto do Idoso.

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, 2017.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido.** 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

PIAGET, Jean. **A Equilibração das Estruturas Cognitivas.** Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

PIAGET, Jean. **A psicologia da inteligência.** Rio de Janeiro: Zahar, 1977.

RODRIGUES, R.; GONÇALVES, J. C. **Procedimentos de Metodologia Científica.** Lages: Papervest, 2023.

SOARES, Magda. **Letramento: um tema em três gêneros.** Belo Horizonte: Autêntica, 2004.